



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 02.015.603/0001-92



PARECER N° 023/2025 – CRJ.

ASSUNTO: Projeto de Lei n° 025/2025, de autoria do Poder Legislativo Municipal:

“Prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação – PME de que trata a Lei Ordinária n° 572 de 19 de junho de 2015”

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

I. RELATÓRIO

Chega a esta Comissão de Redação e Justiça o Projeto de Lei n° 25/2025, de autoria do Poder Executivo Municipal, que tem por finalidade precípua prorrogar a vigência do Plano Municipal de Educação (PME) de Manfrinópolis, instituído pela Lei Ordinária Municipal n° 572, de 19 de junho de 2015.

A proposta, conforme seu Art. 1º, estabelece a prorrogação da vigência do referido PME até o dia 31 de dezembro de 2025, fundamentando-se explicitamente nos termos da Lei Federal n° 14.934, de 25 de julho de 2024. O Art. 2º dispõe sobre a entrada em vigor da lei na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário e, notavelmente, prevendo efeitos retroativos a 19 de junho de 2025.

Acompanha o Projeto de Lei uma Mensagem do Poder Executivo, que detalha as razões para a iniciativa. Nela, o Prefeito Municipal, Amarildo Alves Carneiro, esclarece que o atual PME, de caráter decenal, encerrará sua vigência em 18 de junho de 2025. A prorrogação se faz necessária para evitar uma descontinuidade nas políticas educacionais municipais, especialmente em razão da Lei Federal n° 14.934/2024, que autorizou de forma excepcional tal medida. Essa medida visa permitir que o Município disponha de prazo adequado para a revisão, avaliação participativa e elaboração de um novo PME, alinhado às diretrizes do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que se encontra em discussão no âmbito federal. A Mensagem, ainda, solicita a apreciação do Projeto em regime de urgência, dada a iminência do prazo final do plano vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-92



Este parecer tem o escopo de analisar a conformidade do Projeto de Lei com a legislação vigente, sua constitucionalidade e a correção da sua técnica legislativa.

II. ANÁLISE JURÍDICA E DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Competência Legislativa:

Preliminarmente, cumpre analisar a competência do Município de Manfrinópolis para legislar sobre a matéria em questão. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 30, inciso I, confere aos Municípios a competência para em questões locais. No que tange à educação, o Art. 211 da Carta Magna estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração, com o objetivo de assegurar a universalização do ensino obrigatório.

É inquestionável a competência dos Municípios para atuar na área da educação, inclusive na formulação e execução de seus planos decenais de educação, conforme o que já está previsto na Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) anterior, e que determinava a elaboração dos planos estaduais e municipais de educação. A própria Lei Federal nº 14.934/2024, que é a base para esta prorrogação, reforça essa competência ao permitir que os entes federados (incluindo os municípios) prorroguem seus respectivos planos de educação.

Portanto, sob o aspecto da competência legislativa, o Município de Manfrinópolis está plenamente apto a deliberar e legislar sobre a prorrogação de seu Plano Municipal de Educação.

2. Conformidade Formal e Material:

O Projeto de Lei apresenta-se formalmente adequado, do ponto de vista material, a proposição encontra total respaldo na legislação federal. O ponto central do Projeto de Lei é a prorrogação da vigência do PME, e essa medida é expressamente autorizada pela Lei Federal nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Esta Lei Federal representou uma medida excepcional do legislador federal para acomodar a dinâmica de revisão dos planos de educação em face da discussão do novo Plano Nacional de Educação. Ao citar e se fundamentar nessa Lei Federal, o Projeto de Lei Municipal demonstra sua perfeita consonância com a hierarquia das normas e com a legislação superior.

A justificativa apresentada pelo Poder Executivo na Mensagem é pertinente e clara. A necessidade de evitar a descontinuidade das políticas educacionais, dada a expiração iminente do PME original, e a prudência de aguardar a consolidação do novo PNE federal para a elaboração de um novo



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-92



plano municipal, são argumentos jurídicos e políticos válidos que embasam a urgência e a pertinência da medida proposta. A prorrogação até 31 de dezembro de 2025 confere o tempo necessário para um processo legislativo e de consulta pública mais robusto para a construção do próximo PME, alinhado às realidades locais e às futuras diretrizes nacionais.

3. Análise do Artigo 2º e a Retroatividade:

O Art. 2º estabelece a entrada em vigor na data da publicação da Lei e, crucialmente, prevê efeitos retroativos a 19 de junho de 2025. Esta cláusula de retroatividade merece atenção.

Em regra, a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, conforme o Art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal, e o Art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Contudo, a retroatividade aqui proposta não visa prejudicar direitos ou situações consolidadas, mas sim garantir a continuidade de um regime jurídico de interesse público.

Considerando que o atual PME tem sua vigência encerrada em 18 de junho de 2025, a retroatividade a 19 de junho de 2025 se mostra uma medida técnica essencial para evitar um vácuo temporal na validade do Plano. Ou seja, ela assegura que não haja um único dia em que o Município de Manfrinópolis esteja desprovido de um Plano Municipal de Educação legalmente vigente, mantendo a segurança jurídica para as políticas, programas e ações educacionais. Tal retroatividade, neste contexto específico, é plenamente justificada e legalmente aceitável, pois tem caráter meramente de continuidade administrativa e preservação de interesse público.

4. Técnica Legislativa e Redação:

Sob o prisma da técnica legislativa, o Projeto de Lei apresenta-se com redação clara, concisa e objetiva. Os artigos são bem delineados, não apresentando vícios de linguagem, ambiguidades ou impropriedades terminológicas que dificultem a sua compreensão ou aplicação. A referência à Lei Federal nº 14.934/2024 está corretamente inserida, indicando a base legal da prorrogação.

III. CONCLUSÃO E VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto e da análise pormenorizada do Projeto de Lei do Poder Executivo nº 25/2025, esta Comissão de Redação e Justiça entende que a proposição:



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES MANFRINÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

—

CNPJ: 02.015.603/0001-92



- Está em consonância com a Constituição Federal e com a Lei Federal nº 14.934, de 25 de julho de 2024, que explicitamente autoriza a prorrogação dos planos de educação;
- Respeita a competência legislativa do Município;
- Apresenta-se tecnicamente bem redigida, com clareza e sem vícios ou ambiguidades;
- A cláusula de retroatividade, no contexto específico da continuidade do Plano Municipal de Educação, é justificável e legalmente amparada para evitar um hiato na vigência do PME.

Portanto, esta Comissão manifesta-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei do Poder Executivo nº 25/2025, por considerar que a matéria está apta a prosseguir sua tramitação regimental nesta Casa Legislativa.

É o Parecer

Manfrinópolis, em 23 de junho de 2025


ELIZÂNGELA FONSECA DE OLIVEIRA
PRESIDENTE


JOSÉ JOÃO MACHADO FILHO
RELATOR


FERNANDA DA ROSA
SECRETÁRIA